O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36, 37, 38 e 39.

Não havendo número para deliberação, suspendo a presente reunião até as 15h30min.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. não pode permitir que fiquemos conversando com V.Exa.? A reunião terá que ser suspensa mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Gostaria muito de ouvir os brilhantes conceitos de V.Exa., mas a reunião já foi suspensa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Dessa decisão cabe recurso? *(Risos.)*

(A reunião é suspensa.)

SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro reaberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nº 36, 37, 38 e 39.

Farei um breve histórico sobre os trabalhos realizados até este momento.

Está faltando a apreciação dos seguintes relatórios setoriais: votação dos destaques da Área III — Integração Nacional e Meio Ambiente; debate e votação da Área VI — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, com os respectivos destaques; apresentação, discussão e votação de relatório setorial referente à Área Temática I — Infra-Estrutura.

Eu gostaria de prestar aos caros companheiros da Comissão de Orçamento alguns esclarecimentos. Tendo em vista que o Senado Federal rejeitou a PEC nº 50/2007, que tratava da prorrogação da CPMF, esta Presidência promoveu algumas reuniões com o objetivo de discutir a readequação da Peça Orçamentária para 2008.

Dessa forma, em 13/12/2007, eu, o Relator-Geral do Orçamento, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados nos reunimos e ficou acordado que a PLOA 2008 voltará a ser apreciada somente no início da próxima sessão legislativa ordinária, em 1º/02/2008, e que não haverá convocação extraordinária do Congresso Nacional em janeiro de 2008 para aprovação dessa matéria.

Além desse encontro, tive vários outros: em 17/12/2007, às 14h30min, eu me reuni com o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo; em 17/12/2007, às 16h, com a Ministra Ellen Gracie, Presidenta do Supremo Tribunal Federal; em 17/12/2007, às 18h, com o Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; em 18/12/2007, às 10h, com o Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República; em 18/12/2007, às 11h30min, com o Ministro Raider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Devo dizer aos companheiros, conforme já havia afirmado em reunião com muitas Lideranças que integram esta Comissão, no dia seguinte à rejeição da CPMF, que nós cobramos dos Chefes do Executivo, do Judiciário, do próprio Legislativo e do Ministério Público, cujos nomes já citamos e nas ocasiões também mencionadas, que apresentassem suas prioridades para a elaboração dos cortes a serem feitos nos seus respectivos orçamentos, sem, entretanto, assumirmos a obrigação de aceitar previamente as sugestões recebidas, porém, comprometendo-nos a acolhê-las, na medida do possível e na conformidade do trabalho que será feito nesta Comissão. A todos eu disse a mesma coisa: que a prerrogativa de adequar o orçamento é exclusiva do Congresso Nacional, por intermédio desta Comissão, mas que estávamos informalmente flexibilizando essa norma, que é constitucional, para que o relatório da Comissão pudesse ser o mais real, o mais adequado e o mais eficaz possível.

Em resumo, esses foram os entendimentos, as tratativas que fizemos com os Chefes de todos os Poderes, que visitamos desde o dia 13 até a data de hoje. Já contatamos praticamente todos os Poderes, faltando apenas o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

A todos fomos enfáticos em dizer que a intenção desta Comissão é democratizar esse processo, porque sabemos que é uma tarefa ao mesmo tempo complexa e difícil e é quase impossível chegarmos a um resultado positivo no que respeita à adequação do orçamento.

Era essa a comunicação que tinha a fazer a todos os companheiros aqui presentes.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Já foi aprovada alguma resolução ou decisão que nos permita deixar a apreciação do restante do orçamento para fevereiro ou vamos fazer isso agora?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Essa decisão foi tomada pela Presidência e foi comunicada aos companheiros — parece-me inclusive que V.Exa. também estava presente na ocasião —, tendo em vista que não há tempo suficiente para fazer esse trabalho no prazo que nos resta desta sessão legislativa ordinária do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, com toda a humildade, parece-me que temos que obedecer à Resolução nº 01. Para mudarmos esta Resolução, é preciso que o Congresso aprove outra, a não ser que tenhamos uma razão e nós próprios aprovemos uma decisão no sentido que não há condição de aprovar o orçamento até 31 de dezembro. Mas marcar para janeiro só o Congresso Nacional pode, uma vez que é preciso alterar a Resolução nº 01.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, eu tenho seguidamente argumentado que nós devemos concluir a votação do Orçamento este ano. Se temos uma falha na arrecadação, façamos os cortes devidos. A Comissão tem autonomia para isso.

Eu vi V.Exa. relatar diversas reuniões com o Judiciário e outros Poderes, mas não relatar reuniões com os Líderes da Comissão para tomar decisões, quando a reunião mais importante que deveria ter acontecido seria com os Líderes dos partidos, do Senado e da Câmara, para ver se nós concordamos em adiar a votação do Orçamento para o próximo ano.

Então, Sr. Presidente, apelo para que façamos essa reunião. Nós temos 2 relatórios setoriais para votar e também queremos votar o Relatório Geral. É importante avançarmos tudo o que for possível antes do início da Ordem do Dia em Plenário. Concluída a votação dos relatórios setoriais, nós poderíamos nos reunir para decidir o restante da tramitação do Orçamento.

É muito importante, Sr. Presidente, realizar aqui esse debate. Será um grande prejuízo para a Comissão de Orçamento, para o Congresso Nacional e para o próprio Governo a prorrogação da votação do Orçamento para o ano que vem. Compreendo as consultas que foram feitas e, claro, a vontade de nosso Relator-Geral de ter mais tempo para avaliar os efeitos da derrubada da CPMF.

Mas deixo o registro de que nós, coordenadores de partidos nesta Comissão, deveríamos ser ouvidos para esta decisão. Deixo clara a posição do Partido Progressista, que quer votar o Orçamento ainda este ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, para iniciarmos os trabalhos, precisamos definir o cronograma.

Houve uma reunião das Lideranças na sala de V.Exa., quinta-feira passada. Aceitamos a leitura e a votação dos relatórios setoriais, desde que, antes disso, houvesse uma reunião para definirmos o cronograma.

Falou o Deputado Ricardo Barros, em nome da base de apoio ao Governo, e agora falo eu, em nome da Oposição: queremos votar o Orçamento ainda este ano. Agora, a Comissão precisa definir um cronograma.

Sr. Presidente, já temos reestimativa de receita, temos reserva de contingência, mais da metade dos recursos da CPMF já estão disponíveis para trabalharmos aqui. Nós estamos parando uma discussão por uma diferença de apenas 1% do PIB estimado para 2008, de 1,4 trilhão de reais. E, em relação à perda que estamos tendo agora, seria menos de 3% das receitas, porque a metade já apareceu.

O que não podemos é ficar sabendo por notícias da imprensa dos cortes feitos no Orçamento, cortes de emendas de bancada. Isso não pode ser decidido dessa forma, em reuniões realizadas nos gabinetes do Executivo.

Temos condições de levar avante e mais: lembro aos colegas da Comissão que, uma vez votado o Orçamento, o Presidente da República tem 30 dias para sancioná-lo, com ou sem vetos. Tem a prerrogativa de fazer contingenciamentos, tem a prerrogativa de mudar dotações 60 dias depois, tem a prerrogativa de fazer suplementações. Então, se ficarmos aqui imobilizados como estamos, estaremos confessando nossa incapacidade.

Nós do PSDB queremos a votação do Orçamento e, para tanto, queremos definir um cronograma de trabalho. Podemos definir cortes nos cartões de crédito corporativos, podemos definir cortes na *entourage* do Palácio

do Planalto, podemos definir cortes em 38 Ministérios. Nos tempos da ditadura, tínhamos um total de 19 Ministérios, e isso era muito criticado. Hoje temos 38 Ministérios, e estamos falando em cortar emendas de bancada dos Estados, em prejudicar Estados e Municípios. Não podemos ficar sabendo disso pela imprensa.

Por isso, faço um apelo a V.Exa., Sr. Presidente, para que definamos um cronograma de trabalho. Se o Governo quer o Orçamento para fevereiro, então que fique claro que é o Governo quem quer o Orçamento para fevereiro, e não nós. Até porque o próximo ano é de eleições. Se seguirmos os passos deste ano, a Oposição não terá nenhuma emenda até 30 de junho — zero. Creio que interessa ao Governo, num ano eleitoral, ter o Orçamento aprovado e a normalidade no País assegurada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, falo em nome da Liderança dos Democratas. Quero dizer que também nós queremos votar o Orçamento este ano, queremos votar os relatórios setoriais e o relatório geral. No entanto, entendemos ser fundamental que, antes de começarmos a avaliação dos relatórios setoriais, definamos um cronograma factível.

Acreditamos ser possível, sim, substituir os recursos provenientes da CPMF — e estamos aqui para discutir o assunto —, respeitando todas as determinações legais da Lei de Responsabilidade Fiscal e preservando todas as despesas obrigatórias e os programas sociais. Não queremos imaginar que seja preciso afetar a execução das emendas parlamentares. Tampouco queremos limitar a execução de recursos do PPI constante do PAC ou aumentar outras receitas como meio de compensação à renúncia da CPMF. Estamos dispostos a discutir cada um desses pontos.

Entendemos possível apresentar fontes alternativas de recursos para viabilizarmos o Orçamento de 2008. Além das históricas despesas de capital não empenhadas, há uma série de outras fontes que podem compor a receita que compensaria a perda da CPMF.

Portanto, queremos deixar registrado que nosso interesse é votar — estamos aqui para isso. Não vemos razão para ficarmos no tempo do Governo; nós temos de estar no tempo do Congresso, e o Congresso tem de determinar esse tempo.

Foi louvável a iniciativa de ouvir os outros Poderes. A Ministra Ellen Gracie já disse o que acha que pode ser cortado, quer dizer, V.Exas. já devem ter sentido o que é possível e o que não é possível.

É hora de votarmos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, o PR também deseja votar os relatórios setoriais restantes, mas quero acostar-me à orientação do nobre Líder do PP, Deputado Ricardo Barros, e sugerir a esta Comissão que suspenda a reunião para que nos possamos reunir e decidir se vamos dar continuidade à votação dos relatórios setoriais ou se vamos deixar tudo para o ano que vem.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Eu acompanho o Deputado Wellington Roberto. Penso que devemos interromper a reunião para analisar o que pode ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, entendemos que é necessário votar o Orçamento. Caminhávamos de forma muito célere e competente, com a participação ativa e muito equilibrada de todos os Relatores Setoriais e do Relator-Geral, e de V.Exa., para concluirmos o processo de votação esta semana, até quinta-feira ou sexta-feira.

No entanto, não podemos desconhecer o fato de que 40 bilhões de reais desapareceram do Orçamento, e há responsáveis por isso. O PSDB e o DEM, no Senado, tomaram a decisão de fazer desaparecer 40 bilhões de reais, 8,6% do Orçamento, às vésperas do final do ano fiscal. Não se pode achar que esse é um fato normal, que possamos continuar com o mesmo cronograma como se nada tivesse acontecido. Ocorreu um fato objetivo, real, concreto, que impactou não só o funcionamento desta Comissão, o funcionamento do Congresso, mas o funcionamento das demais instituições e os interesses do País.

Portanto, Sr. Presidente, acho que devemos votar o Orçamento o mais rápido possível, mas com um cronograma factível, um cronograma que harmonize o máximo esse desfalque. V.Exa. e o Relator fizeram o que tinha de ser feito. A prerrogativa é desta Comissão, é do Congresso Nacional, ninguém abre mão disso, mas é

conveniente que se consulte, que se levem em conta as opiniões, as sugestões do conjunto das instituições, que serão impactadas, a fim de que o Orçamento aprovado aqui, dentro das condições que nos encontramos hoje, esteja mais de acordo com os interesses do Brasil.

É importante ressaltar que alguns que estão cobrando pressa para votarmos agora têm de assumir seu papel. Quem nos impossibilitou darmos seqüência ao cronograma estabelecido, ao cronograma em curso, não foi a base do Governo, mas esses que estão agora cobrando celeridade. Eles têm de assumir seu papel, têm de assumir sua responsabilidade, têm de dizer à Nação brasileira por que houve no Senado da República esse posicionamento e as conseqüências disso, que não são pequenas. Como foi dito aqui, impacta o funcionamento dos municípios no ano que vem, pois terão pouco tempo para se empenhar em sua emendas; impacta o PAC em curso.

Temos de ser criativos. O Governo Lula já demonstrou ter sensibilidade, compromisso, criatividade e competência para vencer obstáculos. Todos venceremos mais esse obstáculo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - A questão de ordem diz respeito ao art. 166 da Constituição, que trata dos projetos de leis relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao Orçamento anual, e a outras considerações.

O § 5º diz o seguinte que o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta.

Quero fazer a seguinte consideração: votar esta matéria hoje é votar contra o País, não contra o Presidente da República. O Presidente sofrerá, porque, se assim procedermos agora, S.Exa. terá que, por medida provisória — e entendo não ser isso legítimo —, cancelar recursos de diversas áreas, a fim de recompor recursos para outras áreas não atendidas, devido ao corte da CPMF. Não é justo, não é natural, não é legítimo atropelarmos o próprio Governo, o qual precisa de tempo para fazer seus ajustes.

Sr. Presidente, V.Exa. e o Relator-Geral dirigiram-se aos outros Poderes e solicitaram sugestões de corte para adequar o Orçamento à nova regra, à nova receita. Então, esta questão de ordem que faço a V.Exa. é no sentido de garantirmos que não se vote nenhuma matéria antes das correções que têm de vir de outros Poderes, caso contrário o Relator-Geral não poderá cancelar matéria já votada pelos Relatores Setoriais. Pode-se deixar de editar, mas não cancelar recursos já votados pelos Setoriais. Não há condições de ajuste.

Temos de, consensualmente, rever todo o Orçamento a partir dessa matéria. Não podemos votá-la. Se o fizermos, estaremos votando contra a Nação. E devemo-nos expor à imprensa, porque estamos aqui construindo um boneco fantasma. Já mencionam que o Orçamento da União é uma fantasia; calculem se votarmos sem receita! Isso é ridículo!

Então, peço aos companheiros pormos a cabeça no lugar e realizarmos uma coisa séria.

Sr. Presidente, no bojo disso tudo, a título de contribuição para os companheiros, inclusive para o Relator-Geral, digo que propus aqueles cortes pontuais em várias obras, o que foi acatado. Está embutido no Orçamento um escândalo muito maior do que o do prédio do Fórum Trabalhista de São Paulo: a construção do Tribunal Regional de Primeira Instância de Brasília, prédio de 160 mil metros quadrados, 4 vezes maior do que o anexo IV da Câmara dos Deputados, foi uma obra de 498 milhões de reais, meio bilhão de reais. Isso é superfaturamento! Pelo preço normal daria para construir 10 prédios daqueles para o Tribunal Regional de Primeira Instância. Calculem os senhores o que estamos aprovando nesta Casa!

Então, não faz sentido nos expormos, deixando passar em branco coisas como essas. É momento de revermos todo o Orçamento. Que votemos em fevereiro, em março, em abril, mas que seja alguma coisa que venha ao encontro dos interesses nacionais. Não coloquemos numa camisa-de-força o Presidente da República, o qual terá de fazer, por medida provisória, adequações adequações que devem ser feitas por nós aqui, frente à nova situação com a qual deparamos. Os custos de rodovia, de igual forma, assim como outros prédios não só da Justiça e do Ministério Público, mas de vários setores. Senador Leomar Quintanilha, há preços de prédios públicos que assustam qualquer um.

Então, chamo atenção dos companheiros para adequarmos melhor essa situação, não precipitarmos, caso contrário incorreremos em erros e depois não teremos como corrigi-los.

Muito obrigado, Senado José Maranhão.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço novamente a palavra pela ordem, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, observo que há 2 problemas. O primeiro é formal. Os Presidentes da Câmara e do Senado não podem simplesmente declarar à televisão, aos jornais, ao rádio, ao Relator, ao Presidente da Comissão, à Deputada Rose de Freitas ou ao Deputado Ricardo Barros, Vice-Líder do Governo, que o Orçamento ficará para o próximo ano, mesmo porque a Constituição diz que o Orçamento terá de ser aprovado até 31 de dezembro. Para alterar isso, ele precisaria modificar a Resolução nº 1. Poderíamos fazer um acordo de procedimento na Comissão, que levaria uma razão de fato ao Congresso, que aprovaria ou não.

O segundo problema é como fazer as alterações, se a CPMF não foi aprovada, mas essa questão é secundária. Uma vez que ficar definido formalmente que a continuação do Orçamento será em fevereiro, teremos tempo para resolver a segunda questão.

Considero de somenos importância a possibilidade aventada aqui de apreciarmos nesta Comissão o Orçamento até 31 de dezembro. Acho que não há condições ou elementos para fazê-lo. Precisamos encontrar uma forma de votá-lo em fevereiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, li com atenção o relato trazido das reuniões realizadas com várias instituições de Poder do nosso País. Perguntei ao Relator José Pimentel, a quem prezo muito, o que acontecerá, porque todos estamos sobrestados nas informações. Causou-me estranheza quando S.Exa. respondeu que votaremos em fevereiro. Perguntei como. S.Exa. respondeu que a Mesa Diretora do Congresso se reuniu e decidiu que votará em fevereiro.

Ora, quero crer — e não rasgarei um pedacinho sequer do diploma referente à delegação que recebi para representar no Congresso Nacional o meu Estado e o meu País — que não se pode passar por cima das instâncias que devem tomar as legítimas decisões.

Sr. Relator, não cabe à Mesa desta Casa seguir diretriz alguma, ou seja, traçar diretriz e tomar decisões por nós. E V.Exa. sabe do carinho e do respeito que tenho pela sua pessoa.

Há outro ponto: acompanhamos atentamente pela televisão às gestões, às conversas e aos entendimentos, mas, sem sombra de dúvida, quem vai decidir o Orçamento da União é o Congresso Nacional. E, como disse o Deputado Miro Teixeira, esse é o Orçamento da União, votado pelo Congresso Nacional.

Ninguém mais do que o Relator-Geral foi testemunha do esforço que esta Comissão envidou no sentido de trabalhar, compreender, votar receita, muitas vezes de maneira que eu não gostaria de ter votado, porque li açodadamente as peças que foram colocadas sobre nossas mesas. Assim, quero crer que essa reunião chega a exaurir-se, no momento em que os Líderes precisam conversar, e precisamos das satisfações de perto, ao vivo, num debate aberto sobre os rumos que devemos tomar. Não pode ser dessa maneira. Ninguém pode decidir por trás de um biombo, conversando daqui e dali, ou então por meio de uma nota oficial de que não vamos mais votar o Orçamento da União.

Isso quer dizer que também não sabemos o que o Governo fará até o momento de votar o Orçamento do ano que vem, se vai usar essa argumentação. E discordo do Deputado Daniel, a quem também prezo muito. Não foi com os votos da Oposição que se derrotou a CPMF, mas também com o voto da Situação. O PMDB e o PR contribuíram para isso. A responsabilidade foi de quem tomou a atitude de sobrestar do Orçamento da União 40 bilhões de reais. E aí estão as conseqüências. Perdeu-se um momento histórico no País, como disse o Senador Pedro Simon.

No momento em que o Governo Federal e todos os Governos falam, falam, falam e não fazem, e o Congresso promete, promete, promete e não faz, devemos votar, Deputado Rafael Guerra, a tão sonhada reforma tributária.

E o que iremos responder ao Brasil, diante da Emenda nº 29, que é uma luta do Perondi, do Rafael Guerra, da Frente Nacional, do Ministro? Estamos diante de uma encruzilhada, mas a resposta a essa encruzilhada não está fora desta Casa. Esta Casa tem de ser respeitada, e a resposta tem de ser construída com diálogo e entendimento,

o mesmo diálogo, Deputado Relator José Pimentel, que construímos às altas horas da madrugada para votar relatórios setoriais açodadamente e poder oferecer essa peça orçamentária ao País.

Sr. Presidente, Sr. Relator, compreendo que, do alto das suas funções, V.Exas. possam, após tantas conversas, chegar a nos propor a não votarmos o Orçamento. Contudo, quero dizer que não sou a favor disso. Quero discutir e, se for convencida, voltarei à Comissão para dizer o contrário em respeito a V.Exa.

Perdemos uma chance de não perdermos essa receita da CPMF este ano e de com ela continuarmos, pois este País está quase andando sozinho, está saindo das suas crises sozinho, com crescimento em tal patamar e a saúde com propostas sérias que considero, hoje, da maior responsabilidade. Destaco o papel do Ministro da Saúde que empreendeu imensa luta para resgatar um pouco dos recursos para a Saúde. Contudo, estamos em conflito.

Sr. Presidente, só podemos tomar essa decisão em conjunto com os Líderes e coordenadores dentro do Congresso Nacional, não fora da instituição.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma ponderação, por ter sido citado pela Deputada Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o próximo inscrito, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado, Sr. Presidente, por assegurar-me a palavra.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, como fui citado pela Deputada Rose de Freitas, quero fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Deputado, não houve nenhuma ofensa a V.Exa. Houve apenas a citação do discurso de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Deputado Daniel Almeida, também vou citar V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Apesar da situação do seu discurso, democraticamente, V.Exa. poderá usar da palavra.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, apenas quero dizer à Deputada Rose de Freitas que o respeito e a admiração são recíprocos. Tenho muito respeito e admiração pela Deputada Rose.

Eu quis dizer é que foi a Oposição que, no Senado, derrotou a CPMF. Tenho essa convicção. Alguns Senadores que estão em partido da base do Governo e que são oposição contribuíram para essa derrota contra o povo brasileiro, agressiva aos interesses da Saúde. Assim, considero responsáveis esses Senadores de Oposição que estão em partidos da base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Da próxima vez, no lugar de me inscrever, vou pedir a palavra pela ordem. A espera será mais breve. Agradeço a V.Exa., contudo, a paciência.

Sr. Presidente, numa preliminar, quero dizer ao Deputado Daniel Almeida que a Deputada Rose de Freitas falou de forma correta. Precisamos parar com esse maniqueísmo bobo de achar que Oposição e Governo sempre tomam decisões contrárias ou a favor do País, a depender do ponto de vista. Foi o Senado Federal que se posicionou contra a aprovação da CPMF, e temos de respeitar a decisão do alto Poder Legislativo. A Oposição votou, os Senadores independentes votaram, assim como os Senadores da base do Governo que concordavam com aquele projeto, e ponto final! Temos de respeitar a decisão do Senado Federal e não ficar no maniqueísmo político, que não leva a lugar algum; pelo contrário, essas lições têm de ser aprendidas. É lamentável que muitos não consigam aprender as lições dadas pela política.

E digo mais, Sr. Presidente, Senador José Maranhão: V.Exa. elaborou uma agenda com o Presidente do Congresso Nacional, com o Presidente da Câmara dos Deputados, com o Ministro do Planejamento, com a Presidenta do Supremo Tribunal Federal, mas nós desta Comissão também poderíamos ter realizado uma reunião para tratar dessas definições, para verificarmos o que o Plenário pensava, a idéia do Plenário, a dos Líderes e a dos membros da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Sem querer interromper V.Exa., mas já interrompendo, eu gostaria de dizer que não há qualquer divergência entre esta Presidência e o Relator em relação a V.Exa. Apenas trocamos idéias, que, naturalmente, serão discutidas com toda a Comissão, e não apenas discutidas. Aliás, eu disse isso em todas as declarações que fiz até hoje. Peço a V.Exa. que rememore. Eu disse: *"Estamos ouvindo sugestões,*

mas a decisão é tomada soberanamente pelo Congresso Nacional, através da Comissão de Orçamento em primeira instância". Eu disse isso várias vezes, isso é fora de qualquer dúvida.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Até porque não se poderia suprimir a discussão e a votação do relatório geral, que pode, inclusive, ser rejeitado. É evidente que não pode ser de outra forma, V.Exa. tem toda razão. Estou só explicando que fizemos exatamente isso. E mais, fizemos questão de dizer a todos os Ministros de Tribunais Superiores que estávamos dialogando, porque a prerrogativa soberana era da Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - As sugestões e as idéias que forem levantadas não são as que necessariamente serão aprovadas.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Tudo bem. Fico feliz em ver que não é verdade o que a imprensa está divulgando, isto é, que o Orçamento será votado em fevereiro. Queremos votá-lo, Presidente! Queremos votar o Orçamento! **O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Sobre esse segundo item de que V.Exa. está falando, creio que simplesmente o calendário já estourou, e temos de cumprir o calendário. Inclusive, pedi ao Relator para, ao final, falar e apresentar o esboço de um novo calendário para o Orçamento. Temos de cumprir aqueles prazos, isso é inevitável.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Perfeitamente, Sr. Presidente. Quando falo que a imprensa divulgou para fevereiro, é porque sei que é consenso, pela conversa que mantive com o Plenário, que a disposição é continuarmos votando o Orçamento, e não deixarmos para votá-lo em fevereiro. Creio que, se não houver tempo de o votarmos este ano, que iniciemos, a partir de 7 de janeiro, concessões semanais até concluirmos sua votação, e aí, sim, poderemos entrar em recesso.

Além disso, Sr. Presidente, não aceito, repito, não aceito essa de que o Governo foi surpreendido com o fim da CPMF. Acontece que quando o Governo enviou o Orçamento a esta Casa, em setembro, condicionou, na peça orçamentária, os recursos da CPMF. Isso ficou bem claro. Quem leu viu que os recursos da CPMF estão como receita condicionada. Ou seja, o Governo Federal não foi imprevidente. Ao contrário, o Governo Federal foi previdente ao elaborar uma peça orçamentária considerando a possibilidade de a CPMF não ser prorrogada pelo Congresso.

Portanto, não é verdade que o Governo está desesperado. O Presidente Lula, que é o chefe do Executivo, tem demonstrado tranqüilidade e consciência da situação. O desespero é de alguns Ministros e de alguns membros da base do Governo, que de forma destemperada falam em aumento de impostos e cortes no PAC, que não ocorrerão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, fico ao lado do Presidente Lula nessa discussão. Não temos que fazer esse debate de forma açodada. Votemos imediatamente o Orçamento, como sugeriu o Deputado Giovanni Queiroz. Não podemos ser irresponsáveis. Não aceito que rasguem a Constituição. O Congresso não pode abandonar sua prerrogativa constitucional de votar a peça orçamentária. Não aceitaremos que o Executivo continue editando medidas provisórias para executar o Orçamento, remanejar recursos ou abrir créditos suplementares. A Comissão precisa se posicionar sobre essa situação. Isso é um absurdo. É inadmissível que o Congresso continue assistindo impassível à sua prerrogativa sendo fulminada de morte. Não aceito isso. O Orçamento precisa ser corrigido. Temos que continuar trabalhando para fazer as correções necessárias ao Orçamento. Deixar para votá-lo em fevereiro significa não o votarmos mais. Votarmos agora os relatórios setoriais, deixando para fevereiro a apresentação dos ajustes ao Relatório Geral, é o mesmo que não votarmos o Orçamento para o próximo ano. A conclusão a que cheguei, após a conversa que tivemos, é de que não podemos votar o Orçamento agora. Quanto aos 3 relatórios setoriais cuja votação ainda não foi concluída, só faltam os destaques da área de integração, ou seja, o relatório já está cerca de 90% aprovado. Como não há recurso, todos os destaques serão rejeitados. Ou seja, o relatório que está pendente de votação já está praticamente votado. Então, menos 1. Faltam 2. O de turismo. Há recursos condicionados da CPMF no relatório da área de turismo? Se não há, por que não o votamos? Vamos estudar a questão antes de nos posicionarmos, para não ficarmos falando sem conhecimento de causa, porque aí serão palavras soltas ao vento, que não poderão ser levadas a sério. O que temos que fazer aqui, na minha opinião, é uma reunião, na Presidência, com as lideranças da Comissão, para definirmos um novo calendário, aí, sim, de

votação dos relatórios setoriais; verificarmos — nesse sentido fiz solicitação à Presidência da Comissão — quais são as áreas cujos recursos estavam condicionados à prorrogação da CPMF e qual o impacto disso na peça orçamentária, quais são as fontes alternativas de receita, prevendo que os recursos não sejam completamente prejudicados na peça orçamentária. De posse desses estudos técnicos, deveremos, sim, iniciar o calendário de votação. Tenho certeza de que a partir de 7 de janeiro poderemos voltar aqui, sem convocação extraordinária, se esse for o entendimento da Mesa, para não haver custos para o País nem para a Câmara dos Deputados, e fazer tantas quantas sessões sejam necessárias para finalizarmos a votação do Orçamento.

Essa, para mim, é a posição mais coerente, de bom senso, que não prejudicará o País e permitirá que se continue o trabalho em prol do desenvolvimento sustentável e do combate às desigualdades sociais. É esse o meu posicionamento.

Espero, Sr. Presidente, Senador José Maranhão, que o Relator, Deputado José Pimentel, que tem demonstrado paciência, tolerância, absorva as nossas sugestões.

Sugiro, portanto, que esta Casa dê ao País uma peça orçamentária responsável, correta, e, ao Governo, os instrumentos necessários para desenvolver as políticas públicas, com as críticas, as emendas e as sugestões do Congresso Nacional. Esta Comissão de Orçamento tem como atribuição precípua votar o Orçamento. Não podemos deixar para fevereiro essa votação. Se não fizermos acordo nessas questões, nem mesmo em fevereiro conseguiremos votar o Orçamento, pela falta de consenso, e em março esta Comissão estará dissolvida. Portanto, quem votará, não apenas os relatórios setoriais, mas também o relatório-geral, serão outros Parlamentares desta Comissão.

Gostaria de finalizar o Orçamento, que já concluímos, concluir os relatórios setoriais, com o compromisso de votarmos seqüencialmente, se não até o final do ano — concordo que é um período muito curto —, no início de janeiro. Não quero vir para cá votar essa matéria em fevereiro, depois do carnaval. A Bahia, todos sabem, faz festa o ano inteiro. No final de ano, mais ainda. Mas tenho o fim de semana para estar com o meu querido povo baiano, que tem me reconduzido a esta Casa. Não vejo nenhum problema em sacrificar o recesso parlamentar por uma causa tão justa e nobre quanto a conclusão da votação do Orçamento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Muito bem, Deputado Claudio Cajado. Sr. Presidente, palavras ao vento, mais um democrata na base do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, como Vice-Líder do Governo, quero dizer que ninguém aqui está desesperado, nem tampouco o Presidente da República. Houve uma decisão soberana no Senado, a qual estamos acolhendo, de não prorrogar a cobrança da CPMF. Desde o primeiro momento, estamos cumprindo a decisão que foi tomada pelo Senado Federal. Inclusive, corretamente, V.Exa. e o Relator. E o Senado terá ainda que concluir a votação da PEC que prorroga a vigência da DRU. Essa decisão também poderá ter interferência na peça orçamentária. Então, nada mais justo e correto do que aguardamos a decisão do Senado para fazermos as modificações a serem feitas quando estivermos com todas as peças concluídas.

Eu, pessoalmente, como Vice-Líder do Governo — V.Exa. se lembra muito bem —, durante a discussão do cronograma, fui um dos que pediram à Oposição que nos permitisse certa flexibilidade nos prazos, abrindo mão, inclusive, de alguns interstícios. A Oposição não aceitou essa proposta. E acho que está correta, o prazo tem que ser observado. Então, vamos seguir os prazos como pediu a Oposição. Queremos agir — o Relator está montando os prazos — de acordo com o que a Oposição pediu.

Sr. Presidente, Sr. Relator, o Governo não concorda com a pretensão da Oposição. Faremos tudo de acordo com o que pediu a Oposição nas reuniões.

Eu, como Vice-Líder do Governo, devo dizer que não iremos, em hipótese alguma, ferir a resolução do Senado para fazer aquilo que agora a Oposição quer. Como muito bem disse o Deputado Pedro Novais, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme determina o texto constitucional, definiram que no dia 22, de acordo com o que dispõe a Constituição, encerra-se o período legislativo. No dia 1º de fevereiro de 2008 será instalada a Sessão Legislativa ordinária. V.Exa. e o Relator estão cumprindo essa definição. V.Exas., pelo que entendi, foram ao Presidente da Câmara e do Senado saber qual era o cronograma da Casa para que

pudessem montar a proposta da Comissão. Então, a Comissão está cumprindo decisão da Câmara e do Senado. V.Exa., Presidente da Comissão, não pode passar por cima — e nunca o fez — de decisão do Presidente da Câmara e do Senado. Estamos seguindo a Constituição. O texto constitucional e a Resolução nº 1 não dizem que não podemos entrar em recesso sem votar o Orçamento. O que não podemos fazer é entrar em recesso sem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A peça orçamentária não tem impedimento constitucional. Então, a Oposição não precisa ficar tão apavorada, desesperada. O mundo não vai acabar se não votarmos o Orçamento até o dia 31 de dezembro. Há tempo. Precisamos ter tranqüilidade, calma, seguindo os prazos regimentais. É exatamente isso que nós, do Governo, desejamos. Vamos agir com muita tranqüilidade e ouvir as sugestões.

O Deputado Eduardo Sciarra diz que já tem todas as propostas. Então, vamos ouvi-las, dentro dos prazos. Vamos votar, seguindo exatamente os prazos regimentais. Se conseguirmos votar todos os relatórios até sexta-feira, quando se encerra o nosso prazo, ótimo. Se não der, esperaremos. Mas os prazos devem ser seguidos. Encerrou-se o dia, encerra-se a sessão; e ela será iniciada no dia seguinte. Devemos seguir o Regimento para que todos possam ter tranqüilidade e condições de trabalhar com segurança.

Quero dizer aos companheiros da base governista e da Oposição que o Governo acata a posição democrática do Senado Federal. Quanto a nós, vamos seguir os prazos regimentais com toda tranqüilidade, respeitando-os, sem querer aproveitar da maioria para impor algo à Oposição. Vamos votar democraticamente, com tranqüilidade, dentro dos prazos.

Entraremos em recesso, cumprindo uma determinação, um preceito constitucional. Depois, seguiremos os trabalhos no período correto. Vamos discutir com todos, a fim de que sejam feitos os cortes necessários para adequar o nosso Orçamento à nova realidade da decisão democrática do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, o Governo quer votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Com a palavra o Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente, registro que, para a Oposição manter a tradição nesta Comissão, terá de flexibilizar os prazos para apoiar a necessidade de votação do Orçamento. Isso ocorreu na votação de praticamente todos os relatórios setoriais e no acompanhamento do zelo do Relator-Geral e do Presidente da Comissão, em cumprimento à Resolução nº 1.

Reforço, nesta Comissão, o posicionamento do Deputado Rafael Guerra, Sub-Relator-Setorial da área de saúde, com as observações feitas em relação à possibilidade de votação do Orçamento, e o nosso apoio à votação. Entendo que não podemos entrar na mesma ciranda subjetiva do Governo, quando o assunto é o Orçamento.

Quem acompanhou a votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira no Senado Federal viu comportamentos diversos do Governo, em relação à necessidade dos recursos da CPMF. A Comissão não pode ignorar isso. Primeiro, disseram que os recursos eram dos programas sociais da previdência rural e da saúde. Logo em seguida, houve o reconhecimento do Governo e do Presidente da República de que os recursos da CPMF poderiam ir, durante 1 ano, só para a saúde, até a discussão da reforma tributária.

A Comissão tem agido, durante todo este ano, observando o cronograma, as normas e as estimativas de receita, de maneira quase que inédita, Sr. Relator. Não se trata apenas de elogio a V.Exa., mas de ponderação sobre o que ocorre neste momento. O Governo é que tem modificado as suas posições e cometido algumas infelicidades em relação ao que pretende fazer com o Orçamento.

Vamos cortar os recursos da CPMF, discutir as áreas de corte. Mas, se não votarmos o Orçamento este ano, condenaremos os municípios brasileiros a 2 tipos de penalidade: primeiro, a diminuição momentânea dos recursos provenientes da CPMF; segundo, a impossibilidade da aplicação dos recursos aprovados no Orçamento, por conta do calendário e do ano eleitoral municipal. Então, vejam se a Comissão Mista de Orçamento pretende assumir esses gastos.

Sr. Presidente, faço essa ponderação porque vejo tranqüilidade por parte dos técnicos da Casa e da Comissão de Orçamento em buscar solução para o corte e a definição de estimativa de receita para o Orçamento de 2008. E vejo que o Governo não tem sequer voz objetiva em relação às providências que tomará.

Portanto, reforço a necessidade da votação dos 2 relatórios setoriais restantes. Não há solução para esses 2 relatórios que não seja aplicada aos outros, já aprovados — dos Deputados Claudio Cajado, Wellington Roberto, Rafael Guerra, Eduardo Sciarra e tantos outros.

Sr. Relator, é possível que haja necessidade de adiamento da votação até fevereiro, mas não antes de um esforço e de uma conversa objetiva dos Líderes com os técnicos da Casa. Esta Comissão tem a responsabilidade de entregar à sociedade brasileira o Orçamento de 2008, independentemente da circunstância política.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Darcísio Perondi. Posteriormente, a palavra será dada ao Relator-Geral. Informo que já foi iniciada a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Relator, Deputado José Pimentel, V.Exa. tem uma grande responsabilidade. V.Exa. é um dos Deputados mais preparados desta Casa. É sereno, estudioso, sabe ouvir e posicionar-se, tem visão equilibrada. A responsabilidade de V.Exa. é arrumar os recursos para o Sistema Único de Saúde.

Ainda estou de luto por causa da votação realizada no Senado Federal, na quarta-feira. Respeito o Senado, respeito os Senadores — 3 do meu partido foram contra — e respeito a Oposição, mesmo questionando publicamente, como questionei, o fato de não votar a CPMF naquela noite para que o Governo sofresse uma derrota simplesmente. Disse ela: *"A saúde, nós consertamos no mês de janeiro. Queremos derrotar o Governo hoje à noite"*. A Oposição, naquela noite, repetiu o que o PT fez ao longo dos 8 anos de Governo Fernando Henrique Cardoso: quanto pior, melhor. Até me surpreendi. Líderes que ainda admiro trabalharam nessa linha. Não estou discutindo o mérito da questão — se a CPMF é uma contribuição boa ou ruim. Mas houve o compromisso do Presidente com a saúde, naquela noite, enviando um documento... Nenhum Presidente, ao longo da história da República, mandou um documento para o Congresso Nacional nessa situação. Por sinal, S.Exa. teria de se preservar. O Ministro deveria ter assinado o documento e não o Presidente. O Presidente da República assinou-o e o enviou tarde, 2 horas antes do compromisso dos recursos que seriam para a saúde. A saúde esteve, naquela noite, a 2 metros do paraíso e a 2 metros da boca do inferno. Agora, está mais perto da boca do inferno.

Sr. Relator, a situação está nas mãos de V.Exa. O Orçamento votado aqui era absolutamente insuficiente para cumprir os compromissos do ano que vem. E o Relator Rafael Guerra foi sóbrio, trabalhou com o dinheiro real, não com o dinheiro da CPMF. O Orçamento votado é absolutamente insuficiente. Agora, com a perda da CPMF, a principal fonte, a situação piorou. Nem vou citar o PAC, que também era insuficiente. Os 52 bilhões, mais os 4 bilhões para o PAC, colocados pelo Governo, são insuficientes. Sua responsabilidade é enorme, meu caro Relator José Pimentel. Talvez, por linhas tortas, em fevereiro V.Exa. possa consertar o erro. Na verdade, não vamos votar este ano. Estamos aqui fazendo discurso, mas não vamos votar, porque não há condição. Então, por linhas tortas, talvez V.Exa. possa consertá-lo.

Há 3 bilhões, Sr. Relator. A proposta que veio do Orçamento não colocou os 47 milhões que foram gastos, mas 44 milhões. A variação nominal incidiu sobre 44 e não sobre 47.

Aquele recurso emergencial que o Congresso Nacional conseguiu, com o apoio da sociedade, foi obtido da seguinte forma: saiu do superávit primário e passou para o Fundo de Pobreza. Este, meus caros Deputados e Senadores, generosa e bondosamente doou esse dinheiro para a Saúde, para ações e serviços de saúde. Pela lei, o Fundo da Pobreza pode fazer esse tipo de doação. Foi um drible que a área quis dar no piso constitucional. Doando por intermédio do Fundo da Pobreza, legalmente não consta o recurso que foi gasto em ações e serviços de saúde na base — 1 bilhão e 700 mil. Trata-se de uma ação legal da área econômica, mas imoral e injusta. Há outros caminhos. V.Exa. vai ter que olhar. Eu não, mas a Pastoral da Saúde, as igrejas todas vão rezar por V.Exa., que tem a tarefa de mostrar, junto com o Ministro Temporão, os números horrorosos da Saúde para o ano que vem. E esta Casa tem o compromisso de encontrar soluções para o problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Pela ordem, Sr. Presidente. Algumas coisas precisam ficar bem claras. Quem mandou a fonte provisória — eu disse, em entrevista, que teoricamente era uma fonte podre, ficou claro que era podre — não fomos nós. E isso foi em agosto. O Governo enviou uma carta para o Senado Federal às 23h30min, às vésperas do Natal. Não é assim que se deve negociar. Votamos na Câmara dos Deputados a prorrogação da CPMF. Apresentei 3 emendas que não foram sequer examinadas pelo Relator. Depois o Governo apresentou sugestões do mesmo teor no Senado Federal. Faltou diálogo. Por ocasião da votação da matéria nesta Casa, fui muito mais modesto, não pedi todo o recurso da CPMF para a Saúde. Pedi que o Governo aumentasse a

participação da Saúde, que houvesse redução gradual da cobrança e compartilhamento com Estados e municípios. Nada disso foi aceito. Aí veio a proposta do Governo às 23h30min no dia da votação no Senado. É preciso ficar bem claro que quem derrubou a CPMF não fomos nós sozinhos, porque nós somos minoria no Senado Federal. Não derrubamos sozinhos a CPMF. Houve erros de negociação por parte do Governo.

Nobre Relator, que tem sido absolutamente correto, inclusive em relação à Saúde, por que só ouvimos falar na imprensa em cortes nas áreas sociais? Por que V.Exa. diz que a Saúde é que vai perder? Porque tem um forte apelo emocional junto à população. Os cortes podem ser feitos em outras áreas. Ao mesmo tempo em que ameaça cortar recursos da Saúde, o Presidente da República estimula as pessoas a fazerem passeatas pedindo mais contratações no serviço público. Há aí um contra-senso. Essas questões precisam ficar bem claras.

O déficit da receita é de 2,6%, e representa 1,3% do PIB. Não podemos parar a Comissão por causa disso. Temos de encontrar um caminho. Isso é possível.

Até agora a Oposição colaborou para que o Orçamento fosse votado. Praticamente todos os relatórios foram votados sem *quorum*, por acordo de Lideranças. Gostaríamos, Deputado José Pimentel, de ter uma reunião de Líderes para estabelecer um cronograma, não há nenhum sentido em ficarmos aqui discutindo sem um cronograma. Cabe aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal decidir se convocam extraordinariamente o Congresso. Nós precisamos ser ouvidos. Precisamos subsidiá-los com informações. Simplesmente sermos informados de que não haverá convocação extraordinária não me parece correto. Poderíamos contribuir com o Relator-Geral para concluir e aprovar o relatório, que, tenho certeza, vai preservar os recursos das áreas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Claudio Cajado) - Muito obrigado, Deputado Rafael Guerra.

Apenas para corroborar com suas informações, do total dos 40 bilhões da CPMF, apenas 37%, neste ano, foram gastos na área da saúde.

Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, gostaria de registrar que este Relator estava com o relatório pronto para ser votado no dia 20, depois de amanhã. Portanto, este Relator, juntamente com a Mesa da Comissão Mista, com os membros desta Comissão, com os Relatores Setoriais e os Comitês, trabalhou para votar o relatório no dia 20 de dezembro. Por que não o fizemos? Porque a CPMF foi rejeitada — os recursos da CPMF acabaram contaminando todo o Orçamento da União; da Saúde, como todos sabemos, o montante é de 47,8 bilhões de reais, e a CPMF recolhia 40 bilhões de reais. Outros recursos do Tesouro complementam esses 47,8 bilhões de reais.

Nós tivemos o cuidado, particularmente o nosso Presidente José Maranhão e este Relator, de reunir um conjunto de informações para que pudéssemos chegar a esta sessão regular da nossa Comissão para dialogar com os nossos pares e, a partir daí, tirar um encaminhamento.

Diz o § 6º do art. 57 da Constituição Federal:

> *A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:*
>
> *(...)*
>
> *II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante,* em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Essa a redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, que prevê o início do recesso do Congresso Nacional a partir de 23 de dezembro. Entre essa data e 2 de fevereiro, só pode funcionar caso haja convocação extraordinária.

O que nós fizemos no dia 13 foi procurar o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente desta Comissão, para ouvir deles se, de acordo com o inciso II, § 6º, do art. 57 da Constituição Federal, havia disposição dos 2 Presidentes de fazer a convocação extraordinária. Eles disseram que não vão fazer a convocação extraordinária porque não há clima para continuar discutindo as questões do Congresso Nacional e precisamos de um certo período para uma ampla discussão interna, em face dos acontecimentos, particularmente em uma das nossas Casas.

Diante dessa definição, que é prerrogativa constitucional dos 2 Presidentes, veio o desdobramento: o que fazer com a peça orçamentária? No início da Sessão Legislativa discute-se o Orçamento. Esse informativo que o nosso Presidente, diligente que é, nos traz, é para que cada membro desta Comissão seja esclarecido com muita transparência. Desde o dia 13, quando nos reunimos após a decisão do Senado Federal, ficou claro que nós não iríamos aceitar a retirada do Orçamento, porque o Congresso Nacional é soberano para tratar do tema.

O nosso Presidente deixou claro, em discussão com os representantes dos outros Poderes da República, que a posição da Comissão Mista era de não permitir a retirada do Orçamento. Construiu-se o entendimento de que os 3 Poderes — o Executivo, o Judiciário e o Legislativo —, com o Ministério Público, cada um por si, encaminhará, informalmente, um conjunto de dados, para permitir que a Comissão Mista possa fazer a adequação do Orçamento da maneira mais justa possível e com o menor índice de erro, porque eles têm uma clareza de quais são as áreas prioritárias para cada um desses poderes e desses órgãos.

Tivemos o cuidado de fazer uma visita a cada presidente de órgão e Poder para discutir essas questões. Estivemos com o Ministro do Planejamento ontem à tarde, para ouvir de S.Exa. em que pode nos ajudar nesse ajuste de 40 bilhões de reais. Estivemos, ontem à tarde, com a Presidenta do Supremo Tribunal Federal e com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Hoje pela manhã fomos ao Procurador-Geral da República e ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e vamos também — o nosso Presidente já agendou a visita — ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, para fazer a mesma peregrinação. Nosso objetivo é subsidiar os nossos pares, para que possamos ter um ajuste no Orçamento o mais justo possível, que permita continuar o crescimento econômico, com inclusão social e com estabilidade da nossa economia. Isso é um valor da nossa sociedade.

Também temos clareza da questão da Resolução nº 1, que, em seu inciso XIII, art. 82, diz: "*até 17 (dezessete) dias para a apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório geral, a partir do término do prazo definido no inciso XII",* que são as votações setoriais.

Quero registrar que esta Comissão é uma Comissão de diálogo, de transparência e de acordo político nos seus procedimentos. Nesse aspecto, temos tido alguns momentos de tensão, mas a regra geral é a do diálogo, da composição. Estou indo para meu quarto mandato na Câmara dos Deputados. Estou nesta Comissão há 5 exercícios. Quer dizer, aprendi um pouco para depois ser Relator. E tenho clareza de que só vou fazer um bom relatório se houver um diálogo muito franco, direto e sincero com todos os nossos pares, independentemente de ser da base ou não do Governo. E é com esse o cuidado que o nosso Presidente tem recomendado a este Relator que proceda. Estou tentando fazer o máximo para assim proceder. Parece-me que as reclamações, até então, são diminutas.

No mesmo sentido, vamos dar continuidade ao trabalho. O Deputado Giovanni Queiroz tem feito um excelente trabalho, levantando o custo de obras, que não é fácil, constituindo o banco de dados, subsidiando os Relatores-Setoriais, este Relator-Geral, a Comissão do Congresso Nacional e a própria sociedade. Por isso, Deputado Giovanni Queiroz, quero aqui registrar que o trabalho de S.Exa. tem-me ajudado muito, inclusive me advertido em alguns itens para os quais até então eu não tinha tido a atenção devida. Com toda a sinceridade que esta Casa sempre mereceu, quero dizer que V.Exa. tem-me ajudado muito nessas questões.

Estive conversando com o nosso Relator-Setorial de Infra-estrutura, o Senador Leomar Quintanilha, sobre o fato de que as informações encaminhadas pelo DNIT, numa primeira leitura, aparentam ser insuficientes — não estou fazendo juízo de valor ainda. S.Exa. ponderou comigo se não seria razoável discutir com a Comissão essas justificativas antes de fazer a leitura do voto, para que pudéssemos ter a tranqüilidade na hora de apresentar o seu voto. E eu pedi a S.Exa. que conversasse com V.Exa. para que pudéssemos construir esse entendimento. E dizia mais, que este Relator-Geral não tinha condições, não tem as informações suficientes hoje para dizer que aquele conjunto de obras que V.Exa. destacou no memorando, com as justificativas ali apresentadas, são suficientes, e que o nosso Relator-Setorial ficava muito à vontade para fazer essa reflexão sobre a leitura do seu parecer e os passos a serem tomados, para termos tranqüilidade. Vamos precisar de uma terceira reestimativa de receitas. Quanto às 2 estimativas de receita que tivemos, todas elas foram considerando os 40 bilhões da CPMF. Portanto, as premissas com base nas quais foram feitas as 2 reestimativas de receitas deixaram de existir.

O primeiro prazo para que a Comissão continue a trabalhar com a maior tranqüilidade é a apresentação da terceira reestimativa de receitas, que será negativa, por conta da retirada dos 40 bilhões da CPMF. E nós sabemos

que, por mais que exista a previsão de crescimento da nossa economia em 2008, não vai cobrir os 40 bilhões de reais.

Este Relator-Geral quer construir o seu parecer ouvindo todos os Relatores-Setoriais, porque vamos precisar fazer um ajuste em cada relatório setorial. E ninguém melhor do que cada Relator-Setorial para me subsidiar nessa decisão, com o acompanhamento dos Líderes, da Mesa e deste Plenário, para depois chegar ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, é nesse sentido que o Relator Geral quer dar continuidade aos trabalhos. Se vai atrasar o Orçamento? Inegavelmente vai atrasar. É culpa desta Casa, da Câmara dos Deputados? Não. Quero dizer, para finalizar, que aprendi, quando estava na Faculdade de Direito, que a Câmara dos Deputados representa prioritariamente as pessoas, os cidadãos, e o Senado Federal representa prioritariamente o Pacto Federativo e, entre esses, os Estados. Os 27 Governadores pediram a aprovação da CPMF, portanto, aqueles que rejeitaram a CPMF têm todo o direito constitucional de respeitar. Mas era bom levar em consideração a cobrança unânime dos 27 Governadores, independentemente de partido político. Não estou aqui fazendo nenhum reparo. Só estou fazendo um registro da velha Faculdade Clóvis Beviláqua, onde eu me formei como Bacharel em Direito, ainda quando tinha cabelo, e isso faz um bom tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Srs. Parlamentares, cumpre-me dizer — ainda em endosso às palavras do Relator-Geral e ainda na tentativa de preencher alguma lacuna que tenha havido em seu *speaker*, em sua fala — que esta Presidência, assim como o Relator-Geral, não assumiu nenhum compromisso com nenhum segmento de poder, nem com o Ministério Público, nem com o Judiciário, de onde falta apenas o Superior Tribunal Eleitoral, nem do Executivo. Ao contrário, em todas as minhas falas com os representantes dos Poderes da República, fiz questão de enfatizar que esta Comissão é o órgão soberano para decidir sobre as modificações que o Orçamento tem de sofrer, no pé em que se encontra, para adequá-lo à nova realidade financeira do País. Ou seja, uma perda de arrecadação correspondente a 40 bilhões de reais.

Mas, em nome das práticas democráticas e para que esta Comissão e os seus dirigentes não pareçam, aos olhos do País, um órgão autoritário, quero ouvir daqueles Poderes sugestões relativas às suas prioridades. Mesmo assim, fiz questão de ressalvar tanto a eles, os chefes dos Poderes, como, posteriormente, à imprensa — quem ouviu as minhas declarações na imprensa pode testemunhar isso —, fiz questão de dizer que, mesmo de posse daquelas sugestões, a Comissão não era obrigada a aceitá-las completamente, porque a decisão final é da Comissão. Isso ficou muito claro.

Sobre o término da elaboração do Orçamento dentro desse exercício, de minha parte, da de todos os integrantes, dos Relatorias-Setoriais e do Relator-Geral, fizemos um empenho muito grande para cumprir o mandamento constitucional de concluir a elaboração do Orçamento dentro do exercício de 2007. Um fato novo e alheio à vontade do Congresso Nacional e dos dirigentes desta Comissão frustrou essa tentativa. Já conversei com o Relator, e nós acolhemos as sugestões aqui dadas de reapresentar um novo calendário, até para sermos razoáveis. É uma questão de bom senso. O direito é uma questão de bom senso. Se o calendário foi alterado por um fato alheio a nossa vontade, se é elaboração do Orçamento, temos de fazer um novo calendário. E o calendário que vier a ser feito tem de obedecer aos mandamentos da Resolução nº 1. Não há como fazer diferente.

Já fizemos aqui um ligeiro esboço e chegamos à conclusão de que fosse qual fosse o empenho e o esforço desta Comissão não conseguiríamos, a esta altura, aprovar o Orçamento nesta Comissão dentro do exercício de 2007.

Por essa razão, e ainda repetindo as informações que já foram prestadas pelo nobre Deputado José Pimentel, em conversas com o Presidente da Câmara dos Deputados e com o Presidente do Senado Federal, ouvi de S.Exas. que não iam convocar o Congresso Nacional extraordinariamente, até porque os riscos de frustração de resultados dessa convocação eram muito grandes. Então, passamos a dizer, em virtude disso, que o Orçamento pode, sim, ser aprovado no mês de fevereiro.

Em resumo, foram essas as iniciativas que tomamos dentro dos limites das nossas prerrogativas, mas, sobretudo, pautadas por algo chamado bom senso, que é absolutamente necessário, assim como equilíbrio e espírito realista, em um momento como este que estamos vivendo agora.

De maneira que eu já pedi ao nobre Relator-Geral para apresentar um esboço de um novo calendário para continuarmos no processo de feitura do Orçamento que vamos apresentar aos companheiros Parlamentares.

Aqui está uma notícia auspiciosa: a Câmara dos Deputados estava votando na Ordem do Dia, mas parou de votar. Eu diria que em nosso proveito.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. é representante de um Estado que tem na sua bandeira "Nego". Então não podemos negar tudo, mas nego aquilo que foi impingido a nós, ao Presidente da nossa Comissão. Por isso que, respeitando-nos, parou a votação, suspendeu os trabalhos, para que possamos tentar resolver nossos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Então, vamos continuar com a Ordem do Dia. Faltam ser votados 3 relatórios. O nobre Deputado Eunício Oliveira — em seu relatório falta votar apenas os destaques — poderá assumir seu posto na Mesa.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Rafael Guerra.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, sem o cronograma de trabalho, não vejo nenhum sentido em votarmos os relatórios setoriais agora. Se não temos ainda a decisão sobre a receita e não temos um cronograma de trabalho e será votado o Orçamento só em fevereiro, então, neste momento, como disse o nobre Deputado Giovanni Queiroz, é muito mais prudente que não terminemos os relatórios setoriais. Vamos votar com as novas propostas que vierem do Executivo. Não vejo nenhum sentido em votarmos agora. Tudo o que o Deputado Eunício Oliveira acatar, todos os destaques estarão sujeitos a serem cortados depois. Vamos ficar discutindo, como disse o Deputado Claudio Cajado, plagiando o Fagner, com palavras ao vento.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. apresenta um argumento lógico, mas endossa a iniciativa que esta Presidência teve, até para agilizar esse processo de análise e conhecimento dos cortes, de impedir o Executivo e ao Judiciário de apresentarem suas prioridades. Simplesmente isso.

Eu diria a V.Exa. que objetivamente o relatório deverá ser modificado, sem dúvida nenhuma. Mas já aprovamos 7 relatórios e estamos encaminhando a aprovação do relatório porque ele não pode ficar no meio. Ele já foi lido, já foram feitos até os destaques. Então, isso não implica compromisso de amanhã, na readequação...

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Parece que ele já foi aprovado, não é Presidente? Faltam apenas os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Faltam apenas os destaques.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Sr. Presidente, nesse caso, então, concluiríamos os destaques e pronto.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Questão de ordem, Sr. Presidente. Minha sugestão é para que pudéssemos concluir, porque, no caso desse relatório, faltam apenas os destaques, mas no dos outros não. E tem ainda o de infra-estrutura, mas ainda estamos discutindo e colhendo informações do DNIT, para que possamos então ter um relatório. Isso criaria uma dificuldade. A sugestão que faço é no sentido de que concluamos o relatório do Deputado Eunício Oliveira, já que faltam apenas os destaques, e S.Exa. vai rejeitá-los mesmo, o que é normal, porque os recursos que S.Exa. tinha já foram contemplados, e deixemos os outros 2 para quando do exame da matéria, já com as sugestões que V.Exa. solicitou aos demais Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agora, Deputados e Senadores aqui presentes, surgiu uma dificuldade regimental. O Senado está em processo de votação, portanto, não podemos continuar votando.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. encerrasse a sessão.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Está havendo votação no Senado, e na Câmara também já se iniciou a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Na Câmara já terminou a votação, mas não é preciso haver votação nas 2 Casas simultaneamente, basta haver em uma Casa do Congresso. Se em qualquer uma estiver havendo processo de votação, devem ser suspensas as votações na Comissão.

Declaro encerrada a presente reunião, lembrando aos companheiros que está convocada reunião ordinária para amanhã, às 14h30min.

Apreciação de RECURSOS e CONTESTAÇÕES apresentados ao PLPPA/2008-2011 e PLOA/2008 na 6ª REX, em 28/11/2007:

	PLPPA 2008-2011	**PLOA/2008**
RECURSO	Nº 1/2007-CMO, do Dep. Eduardo Sciarra: **aprovado**	Nº 1/2007-CMO, do Dep. Regis de Oliveira: **prejudicado** ausência autor
CONTESTAÇÃO	Nº 1/2007-CMO, do Dep. Pedro Novais: **prejudicado** ausência autor Nº 2/2007-CMO, do Dep. Duarte Nogueira: **prejudicado** ausência autor Nº 3/2007-CMO, da Dep. Rose de Freitas: **aprovado**	Nº 1/2007-CMO, do Senador Sérgio Zambiasi: **aprovado** Nº 2/2007-CMO, do Dep. Marcelo Castro: **aprovado**